



SEDUC-SE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA DE SERGIPE

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – LÍNGUA PORTUGUESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Matemático
- ▶ Educação Brasileira
- ▶ Saberes Digitais Docentes
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Conhecimentos do Estado de Sergipe
- ▶ Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais
- ▶ Legislação Educacional

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 1 – SEED/SE – PROFESSOR, DE
30 DE OUTUBRO DE 2025**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEDUC-SE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO
ESPORTE E DA CULTURA DE SERGIPE

Professor de Educação
Básica – Língua Portuguesa

**EDITAL Nº 1 – SEED/SE – PROFESSOR, DE 30 DE
OUTUBRO DE 2025**

CÓD: SL-034NV-25
7908433285885

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; reconhecimento de tipos e gêneros textuais	11
2. Domínio da ortografia oficial	14
3. Domínio dos mecanismos de coesão textual	15
4. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	15
5. Emprego de tempos e modos verbais; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	16
6. Domínio da estrutura morfossintática do período	20
7. Emprego das classes de palavras; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração	25
8. Emprego dos sinais de pontuação	33
9. Concordância verbal e nominal	36
10. Regência verbal e nominal	37
11. Emprego do sinal indicativo de crase	39
12. Colocação dos pronomes átonos	40
13. Significação das palavras	41
14. Substituição de palavras ou de trechos de texto	41
15. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	43
16. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	44

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais	55
2. Sistema legal de medidas	67
3. Razões e proporções; divisão proporcional	72
4. Regras de três simples e compostas	73
5. Porcentagens	74
6. Compreensão de estruturas lógicas; lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; lógica sentencial (ou proposicional); proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de de Morgan	75
7. Diagramas lógicos	81
8. Lógica de primeira ordem	83
9. Princípios de contagem e probabilidade	84
10. Operações com conjuntos	89
11. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos	92

Educação Brasileira

1. Fundamento, temas pedagógicos e legislação educacional: i fundamento: relação educação e sociedade: dimensões filosófica, histórico-cultural e pedagógica	97
2. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas	97
3. Temas pedagógicos: planejamento e organização do trabalho pedagógico. processo de planejamento. concepção, importância, dimensões e níveis	100
4. Planejamento participativo. concepção, construção, acompanhamento e avaliação	100
5. Planejamento escolar. planos da escola, do ensino e da aula	101
6. Currículo do proposto à prática	105
7. Tecnologias da informação e comunicação na educação	108
8. Educação a distância	111
9. Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos	113
10. Educação integral	114
11. Educação do campo	115
12. Educação ambiental	119
13. Fundamentos legais da educação especial/inclusiva e o papel do professor	120
14. Educação/sociedade e prática escolar	127
15. Tendências pedagógicas na prática escolar	127
16. Didática e prática histórico-cultural	129
17. A didática na formação do professor	131
18. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas	133
19. Coordenação pedagógica como espaço de formação continuada	134
20. Processo ensino aprendizagem	135
21. Relação professor/aluno; compromisso social e ético do professor	138
22. Componentes do processo de ensino. objetivos; conteúdos; métodos; estratégias pedagógicas e meios	139
23. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento	139
24. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas	142
25. O papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar	143
26. Função histórico-cultural da escola	143
27. Escola. comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural	144
28. Projeto político-pedagógico da escola. concepção, princípios e eixos norteadores	145
29. Políticas públicas para a educação básica	147
30. Gestão democrática	148
31. Diretrizes curriculares nacionais	152
32. Plano nacional de educação em direitos humanos	153

Saberes Digitais Docentes

1. Ensino e aprendizagem com tecnologias digitais: curadoria, produção e adaptação de recursos digitais para o processo de ensino-aprendizagem; integração de tecnologias digitais em práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras; uso de plataformas digitais para acompanhamento de aprendizagem e gestão da sala de aula; utilização de dados e evidências digitais para tomada de decisão pedagógica; avaliação e feedback mediados por recursos digitais; aplicações pedagógicas da inteligência artificial	157
2. Cidadania digital: ética, segurança e responsabilidade no uso de tecnologias digitais; privacidade e proteção de dados de estudantes e professores; promoção da participação cidadã em ambientes digitais; combate à desinformação, desenvolvimento do pensamento crítico e práticas de uso responsável das redes sociais	160
3. Desenvolvimento profissional docente: entendimento e aplicação de princípios relacionados à adoção de estratégia de recursos, tecnologias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem para formação contínua e inovação pedagógica; formação continuada em tecnologias digitais aplicadas à educação; participação em comunidades virtuais de aprendizagem e redes colaborativas; uso de tecnologias digitais para planejamento, registro e reflexão da prática docente	164
4. Bncc computação; mundo digital: compreensão do universo digital, incluindo a estrutura e o funcionamento dos sistemas e o impacto da tecnologia na sociedade	167
5. Cultura digital: uso consciente, crítico e ético das tecnologias digitais, abordando a segurança, a privacidade e a responsabilidade social	172
6. Pensamento computacional: capacidade de analisar, decompor e resolver problemas de forma lógica, usando estratégias como decomposição, reconhecimento de padrões, algoritmos e abstração, e utilização da inteligência artificial no contexto educacional	175

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa

1. Fonologia: relação letra e fonema. separação de sílaba e translineação	185
2. Acentuação gráfica e tônica	192
3. Ortografia e pontuação	193
4. Morfologia. estrutura de palavras. processos de formação de palavras	193
5. Classes gramaticais de palavras	198
6. Sintaxe. frase, oração e período. tipos de períodos. período simples e composto. análise morfossintática de período simples. análise de período composto por coordenação. análise de período composto por subordinação (orações substantivas, adjetivas e adverbiais)	198
7. Sintaxe de concordância verbal e nominal	198
8. Sintaxe de regência verbal e nominal	198
9. Colocação pronominal	198
10. Semântica. sinonímia; antonímia; homonímia; paronímia; polissemia; ambiguidade. denotação e conotação	198
11. Linguagem. funções da linguagem	198
12. Figuras de linguagem. noções de estilística	199
13. Níveis de linguagem	201
14. Coesão e coerência	202
15. Tipologia textual e gênero textual. narração, descrição, dissertação, carta (argumentativa, familiar, comercial, convite etc.)	202
16. Prática de produção de textos orais e escritos: produção para aprofundamento, produção por frequência, operadores da produção de texto	203
17. Linguagem oral, oralização e oralidade	203

18. Procedimentos e comportamentos de produção, leitura de textos orais e escritos; fluência leitora com compreensão ...	205
19. Comportamento leitor. comportamento escritor	206
20. Estratégias didáticas para o ensino de leitura.....	207
21. Metodologia de ensino da língua portuguesa: organização didático-pedagógica e suas implicações na construção do conhecimento em sala de aula	208
22. Semiótica, multiletramento e multimodalidade	210
23. Base nacional comum curricular (bncc) para o componente de língua portuguesa.....	211

Conhecimentos do Estado de Sergipe

1. Indígenas em sergipe	230
2. Processo de ocupação e povoamento do território sergipano	230
3. Economias fundadoras.....	231
4. Regiões geoeconômicas.....	231
5. Estrutura do poder e a sociedade colonial sergipana	232
6. Sergipe nas sucessivas fases da república brasileira	232
7. Condicionantes geoambientais (clima, recursos minerais, relevo e solo, recursos hídricos, vegetação)	232
8. Dinâmica populacional.....	238
9. Rede urbana e organização do espaço.....	245
10. Formação metropolitana de aracaju.....	250
11. Política, sociedade e economia no sergipe contemporâneo	257
12. Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social	257
13. Formação e expressão da cultura sergipana.....	260
14. Educação em sergipe	266

Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

1. Avaliação educacional e uso de indicadores.....	277
2. Principais indicadores educacionais no brasil: taxas e índices educacionais, indicadores de fluxo escolar, rendimento escolar, distorção idade-série, acesso e permanência e aprendizagem; índice de desenvolvimento da educação básica (ideb); índice de desempenho escolar em sergipe (idese)	278
3. Sistemas nacionais e estadual de avaliação e monitoramento da educação: sistema de avaliação da educação básica (saeb); sistema de avaliação da educação básica de sergipe (saese); avaliação nacional de alfabetização (ana); censo escolar da educação básica.....	284
4. Noções básicas de estatística aplicadas à educação: organização e representação de dados, tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, moda e mediana); noções de dispersão; interpretação e análise crítica de informações estatísticas em contextos educacionais	291
5. Aplicação pedagógica e administrativa dos indicadores para planejamento escolar, avaliação institucional, gestão democrática, políticas educacionais, formação docente e desenvolvimento profissional	300

Legislação Educacional

1. Constituição federal de 1988 (do art. 205 ao art. 214).....	309
2. Lei de diretrizes e bases da educação (lei federal nº 9.394/1996 e suas alterações)	312
3. Estatuto da criança e do adolescente (lei federal nº 8.069/1990 e suas alterações).....	332
4. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei federal nº13.146/2015 e suas alterações)	371
5. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos (resolução cne-ceb nº 07/2010)	389
6. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (resolução cne/ceb nº 03/2018).....	397
7. Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à política nacional de alfabetização (pna) e à base nacional comum curricular (bncc)	405
8. Lei nº 13.415/2017 (reforma do ensino médio) e suas alterações	449
9. Lei estadual nº 8.025/2015 (plano estadual de educação – pee)	452

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS: CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A comunicação se dá por meio de diferentes formas textuais, cada uma com estrutura, função e propósito específicos. Os gêneros textuais e literários são categorias que organizam a produção discursiva de acordo com suas características e finalidades.

Enquanto os gêneros textuais se orientam por necessidades comunicativas práticas, os gêneros literários privilegiam aspectos estéticos e subjetivos. A compreensão dessas distinções é essencial para interpretar corretamente os textos e suas intenções.

► Gêneros textuais: conceito e tipologia

Os gêneros textuais são formas de organização da linguagem que surgem e se transformam de acordo com as necessidades comunicativas de uma sociedade. São dinâmicos e variados, podendo ser encontrados em diferentes suportes, como jornais, livros, redes sociais e documentos oficiais. Alguns exemplos de gêneros textuais incluem:

- **Narrativos:** Contam uma história, com personagens, enredo e contexto temporal, como contos, crônicas e reportagens.
- **Dissertativos-argumentativos:** Apresentam uma tese e argumentos para defendê-la, como artigos de opinião, editoriais e redações de vestibular.
- **Descritivos:** Têm como objetivo caracterizar pessoas, objetos ou ambientes, como diários e perfis biográficos.
- **Injuntivos e instrucionais:** Orientam ações, como manuais, receitas e bulas de remédio.
- **Expositivos:** Informam e explicam conceitos, como verbetes de dicionário e textos científicos.

Cada um desses gêneros cumpre uma função específica dentro da comunicação e segue convenções que ajudam a organizar as informações de maneira eficiente para o leitor.

► Gêneros literários: arte e estética na linguagem

Os gêneros literários são formas de expressão artística que utilizam a linguagem para transmitir emoções, ideias e reflexões sobre a realidade. Diferente dos gêneros textuais, que têm um caráter mais prático, os gêneros literários exploram aspectos subjetivos e estilísticos da comunicação. Tradicionalmente, são divididos em três categorias:

- **Lírico:** Expressa sentimentos, emoções e estados subjetivos, geralmente em forma de poesia. Exemplos: soneto, haicai, ode.
- **Épico (ou narrativo):** Relata eventos e ações, muitas vezes protagonizados por heróis. Exemplos: epopeia, romance, conto, novela.
- **Dramático:** Representa conflitos e situações para serem encenados no teatro. Exemplos: tragédia, comédia, drama.

Esses gêneros são fundamentais na literatura, pois permitem a construção de diferentes visões de mundo, explorando a linguagem de forma criativa e simbólica.

► A importância da distinção entre gêneros

Embora os gêneros textuais e literários tenham características distintas, muitas vezes há interseções entre eles. Um texto jornalístico pode conter trechos descritivos, narrativos e dissertativos, assim como um romance pode incluir elementos de crítica social e reflexão filosófica. O leitor precisa estar atento às marcas textuais que indicam a intenção do autor e a função do texto, garantindo uma interpretação mais precisa e contextualizada.

O domínio dos gêneros textuais e literários facilita a leitura e a escrita, permitindo que o indivíduo compreenda melhor as mensagens que recebe e produza textos adequados a diferentes situações. Conhecer essas categorias amplia as habilidades interpretativas e comunicativas, essenciais para a vida acadêmica e profissional.

ELEMENTOS DA LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A comunicação humana ocorre por meio de diferentes formas de linguagem, sendo a verbal e a não verbal as mais relevantes. A linguagem verbal envolve palavras escritas ou faladas, enquanto a não verbal utiliza imagens, gestos, símbolos e outros recursos visuais ou sonoros.

A interação entre esses elementos é fundamental para a construção de sentidos, pois complementam, reforçam ou até contradizem a mensagem transmitida.

► Linguagem verbal: características e usos

A linguagem verbal pode ser oral ou escrita, e sua principal característica é o uso de palavras organizadas em frases e discursos. Ela é predominante em textos como livros, jornais, discursos, conversas e mensagens eletrônicas. Seus principais aspectos são:

- **Conteúdo semântico:** O significado das palavras e das frases no contexto.
- **Estrutura sintática:** A organização das palavras segundo regras gramaticais.

▪ **Coesão e coerência:** A relação lógica entre as partes do texto para garantir clareza na comunicação.

A interpretação de um texto verbal depende do conhecimento linguístico do leitor, do contexto de produção e da intenção do emissor.

► **Linguagem não verbal: imagens, símbolos e gestos**

A linguagem não verbal transmite informações sem o uso de palavras. Pode estar presente isoladamente ou em associação com a linguagem verbal, como ocorre em propagandas, charges, quadrinhos e apresentações audiovisuais. Seus principais elementos incluem:

- **Imagens e ilustrações:** Fotografias, pinturas e desenhos podem expressar emoções, reforçar ideias e direcionar a atenção do receptor.
- **Gestos e expressões faciais:** No contexto da comunicação oral, os gestos e expressões ampliam o significado da fala e ajudam a transmitir intenções e emoções.
- **Cores e formas:** Em cartazes e sinais de trânsito, por exemplo, as cores têm significados específicos (vermelho para alerta, verde para permissão).
- **Símbolos e ícones:** Elementos como emojis, logotipos e sinais gráficos facilitam a compreensão de mensagens em diferentes culturas.

A interpretação da linguagem não verbal varia conforme o repertório cultural e as experiências do receptor, podendo levar a diferentes leituras de um mesmo símbolo ou imagem.

► **A interação entre linguagem verbal e não verbal**

Muitos textos utilizam simultaneamente linguagem verbal e não verbal, criando efeitos de sentido complexos. Essa interação é especialmente visível em:

- **Propagandas:** O texto escrito ou falado é reforçado por imagens impactantes para persuadir o público.
- **Histórias em quadrinhos:** O diálogo dos personagens (linguagem verbal) se une a expressões faciais e cenários (linguagem não verbal) para compor a narrativa.
- **Infográficos:** Combinam texto e imagens para transmitir informações de forma clara e objetiva.
- **Memes da internet:** Utilizam imagens e textos curtos para criar humor e ironia, muitas vezes dependendo do conhecimento prévio do leitor.

A análise cuidadosa da relação entre linguagem verbal e não verbal é essencial para interpretar corretamente as mensagens e evitar equívocos na compreensão.

► **A importância da leitura crítica**

A leitura crítica envolve a capacidade de identificar os elementos verbais e não verbais presentes em um texto e analisar como eles contribuem para a construção do significado. Muitas vezes, a combinação desses elementos pode levar a diferentes interpretações, dependendo do contexto e do repertório do leitor.

O domínio da leitura integrada de textos verbais e não verbais é essencial para compreender melhor a comunicação contemporânea, especialmente em mídias digitais, onde as mensagens são cada vez mais multimodais.

INFERÊNCIA E CONTEXTO NA COMPREENSÃO TEXTUAL

A compreensão de um texto vai além da simples leitura das palavras escritas. Muitas informações não estão explicitamente mencionadas, exigindo do leitor a capacidade de inferir significados a partir de pistas textuais e do conhecimento prévio sobre o assunto.

Além disso, o contexto em que o texto foi produzido e recebido desempenha um papel crucial na construção do sentido. A interpretação correta depende da habilidade de relacionar informações, identificar implícitos e considerar fatores históricos, sociais e culturais.

► **O que é inferência e como ela ocorre na leitura?**

Inferência é o processo cognitivo pelo qual o leitor deduz informações que não estão expressas diretamente no texto. Essa habilidade permite preencher lacunas na compreensão e captar significados subentendidos. Existem diferentes tipos de inferência:

- **Inferência lexical:** Compreensão do significado de uma palavra ou expressão a partir do contexto. Exemplo: Se um texto diz “Ela usou um abrigo impermeável para sair na chuva”, o leitor pode inferir que “impermeável” significa que não deixa passar água.
- **Inferência anafórica:** Identificação da relação entre palavras e expressões dentro do texto. Exemplo: “Ana comprou um livro. Ela começou a lê-lo imediatamente.” O pronome “ela” refere-se a Ana, e “o” refere-se ao livro.
- **Inferência lógica:** Dedução baseada na relação entre ideias. Exemplo: Se um texto diz “João não estudou para a prova e tirou nota baixa”, é possível inferir que a falta de estudo influenciou o resultado.
- **Inferência pragmática:** Consideração do contexto social e cultural para interpretar o significado de uma mensagem. Exemplo: Em um diálogo onde alguém diz “Está muito quente aqui” e outra pessoa abre a janela, entende-se que a primeira pessoa sugeriu que precisava de ventilação, mesmo sem pedir diretamente.

As inferências são fundamentais para compreender ironias, metáforas, alusões e outras construções de sentido que exigem uma leitura mais aprofundada.

► **O papel do contexto na interpretação textual**

O contexto é um conjunto de elementos que envolvem a produção e a recepção do texto, influenciando sua interpretação. Ele pode ser dividido em diferentes aspectos:

- **Contexto histórico:** O período em que o texto foi escrito afeta seu significado. Uma crônica sobre política no século XIX deve ser analisada considerando o cenário da época.

▪ **Contexto social:** O grupo social ao qual o autor pertence pode influenciar suas escolhas linguísticas e temáticas. Um manifesto feminista, por exemplo, pode ter abordagens diferentes dependendo do período e da sociedade em que foi produzido.

▪ **Contexto cultural:** Algumas expressões e referências podem ser compreendidas apenas por pessoas que compartilham uma determinada bagagem cultural. Piadas, provérbios e símbolos variam de cultura para cultura.

▪ **Contexto situacional:** O local e as circunstâncias em que o texto circula interferem no seu sentido. Uma mensagem de celular pode ter interpretações diferentes dependendo do tom de voz ou da relação entre os interlocutores.

A análise contextual permite que o leitor evite interpretações equivocadas, compreendendo melhor a intenção do autor e os possíveis efeitos do texto sobre o público.

► A relação entre inferência e contexto na leitura crítica

Inferência e contexto são elementos interdependentes na compreensão textual. Ao interpretar um texto, o leitor deve:

▪ **Observar as pistas textuais:** Expressões, conectivos, escolha de palavras e estrutura das frases ajudam a identificar significados implícitos.

▪ **Considerar o conhecimento prévio:** Quanto mais o leitor souber sobre um tema, maior será sua capacidade de inferir informações com precisão.

▪ **Analisar o contexto de produção e recepção:** Saber quem escreveu, para quem e com qual objetivo auxilia na interpretação correta da mensagem.

▪ **Atentar-se às intenções comunicativas:** Algumas mensagens podem ter duplo sentido, ironia ou persuasão embutida. Identificar esses recursos evita equívocos na leitura.

A compreensão eficaz de textos exige do leitor uma postura ativa, indo além do que está explícito para captar nuances, identificar posicionamentos e interpretar criticamente as informações. Isso é especialmente importante em tempos de desinformação, onde a leitura superficial pode levar a interpretações errôneas.

COMPARAÇÃO ENTRE TEXTOS E RELAÇÕES INTERTEXTUAIS

A análise comparativa de textos e a identificação de relações intertextuais são estratégias fundamentais para uma leitura crítica e aprofundada. A intertextualidade refere-se ao diálogo entre textos, ou seja, a forma como um texto faz referência a outro, seja de maneira explícita ou implícita.

Esse fenômeno amplia a construção de sentidos e enriquece a interpretação, permitindo que o leitor perceba conexões temáticas, estilísticas e discursivas.

► O que é intertextualidade?

A intertextualidade é um conceito que descreve como textos se relacionam entre si, formando uma rede de significados. Essa relação pode ocorrer de diversas maneiras:

▪ **Citação:** Um trecho de outro texto é inserido de forma direta, geralmente entre aspas e com referência à fonte original. Exemplo: “Como disse Machado de Assis, ‘ao vencedor, as batatas’.”

▪ **Paráfrase:** O texto original é reescrito com outras palavras, mantendo a essência da ideia. Exemplo: “O autor sugere que apenas os mais fortes aproveitam as melhores oportunidades.”

▪ **Paródia:** Um texto é recriado com uma abordagem humorística, crítica ou satírica. Exemplo: Releituras de clássicos literários em tom de humor.

▪ **Alusão:** O texto faz referência indireta a outro, sem mencioná-lo explicitamente. Exemplo: “Ele vivia como um Dom Quixote, sempre em busca de causas impossíveis.”

A intertextualidade pode ocorrer entre textos de diferentes gêneros e suportes, como literatura, cinema, músicas, propagandas e discursos políticos, criando um jogo de significados que exige do leitor a habilidade de reconhecer as referências.

► Comparação entre textos: como identificar semelhanças e diferenças

A comparação entre textos permite perceber como diferentes autores abordam um mesmo tema, estrutura textual ou intenção comunicativa. Alguns critérios importantes para a comparação são:

▪ **Tema:** Dois textos podem tratar do mesmo assunto, mas sob perspectivas diferentes. Exemplo: Um artigo científico e uma reportagem sobre mudanças climáticas apresentam informações semelhantes, mas com objetivos distintos.

▪ **Gênero textual:** A estrutura e a linguagem variam conforme o gênero. Um poema e uma crônica podem abordar o mesmo tema, mas de maneira diferente.

▪ **Ponto de vista e argumentação:** Textos opinativos podem apresentar argumentos divergentes sobre um mesmo fato. Compará-los ajuda a perceber diferentes posicionamentos.

▪ **Linguagem e estilo:** A escolha de palavras, o tom e os recursos expressivos variam conforme o público-alvo e a intenção do autor.

A leitura comparativa contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, pois permite ao leitor avaliar diferentes abordagens sobre um mesmo assunto e identificar possíveis manipulações discursivas.

Exemplos práticos de intertextualidade:

▪ **Na literatura:** O romance Dom Casmurro, de Machado de Assis, já foi recriado em diversas versões, incluindo peças de teatro e adaptações cinematográficas, todas dialogando com o texto original.

▪ **Na publicidade:** Muitas campanhas publicitárias utilizam trechos de músicas, falas de filmes ou referências a obras famosas para despertar a atenção do público.

▪ **Na cultura digital:** Memes frequentemente reinterpretam falas de personagens de filmes, séries e figuras públicas, criando novos significados com base no contexto atual.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

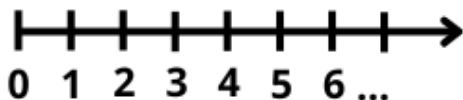
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

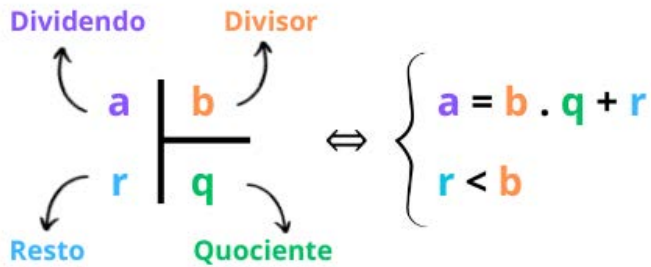
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995

(B) 7165

(C) 7532

(D) 7575

(E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

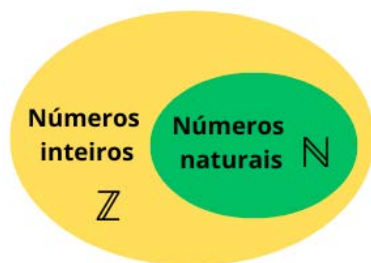
Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS ($\mathbb{Z}$)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

- $\mathbb{Z}^+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.
- $\mathbb{Z}^- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.
- $\mathbb{Z}^{*+} = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.
- $\mathbb{Z}^{*-} = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

► Módulo

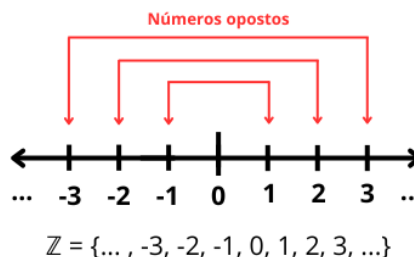
O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| \cdot |$.

- O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$
- O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$
- O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$
- O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

► Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



► Operações com Números Inteiros

Adição

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Exemplos:

- Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)
- Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)
- Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)
- Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FUNDAMENTO, TEMAS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: I FUNDAMENTO: RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: DIMENSÕES FILOSÓFICA, HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGÓGICA

A educação, desde os primórdios da civilização, sempre esteve profundamente entrelaçada com a configuração e evolução das sociedades. O modo como educamos e somos educados não apenas reflete os valores, crenças e estruturas de nossa comunidade, mas também molda o curso futuro dessa mesma comunidade. Por meio de uma abordagem multidimensional, é possível entender como a educação e a sociedade se influenciam mutuamente, abrangendo aspectos filosóficos, socioculturais, políticos e pedagógicos.

1. Dimensão Filosófica

Desde Platão, que em sua obra “A República” delineava a educação ideal para os guardiões de sua cidade perfeita, até Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido, a filosofia da educação tem explorado os propósitos e significados intrínsecos à formação humana. O que significa ser educado? Qual é o papel do indivíduo na sociedade e como a educação pode facilitar ou impedir esse papel? Essas são questões que vão além de práticas e métodos, chegando ao cerne de nossa existência e propósito coletivo. Ao refletir filosoficamente, reconhecemos que a educação não é apenas um processo de transmissão de informações, mas uma jornada de autodescoberta e definição de valores.

2. Dimensão Sociocultural

A educação, inegavelmente, opera dentro do tecido da cultura. Seja através da literatura, história ou arte, a educação transmite e, muitas vezes, reforça as normas culturais. Em sociedades multiculturais, a educação torna-se um terreno de negociação entre diferentes culturas, tradições e valores. Contudo, ela também tem o potencial de ser revolucionária. Em momentos históricos, a educação desempenhou um papel crucial na transformação da sociedade, seja por meio do empoderamento das mulheres, da promoção dos direitos civis ou do desafio a regimes opressores.

3. Dimensão Política

A política e a educação estão inextricavelmente ligadas. Políticas educacionais, muitas vezes formuladas por agentes distantes da realidade da sala de aula, determinam o currículo, a alocação de recursos e as diretrizes pedagógicas. A educação também é uma ferramenta política. Ela pode ser usada para promover uma agenda, seja ela progressista ou conservadora. No entanto, o seu potencial mais poderoso reside em seu papel

como equalizadora. A educação tem o poder de nivelar o campo de jogo, oferecendo oportunidades para os desfavorecidos e desafiando estruturas de poder estabelecidas.

4. Dimensão Pedagógica

No coração da educação estão a sala de aula, o professor e o aluno. A pedagogia, como a ciência da educação, examina como ensinamos e como aprendemos. Em uma sociedade em constante mudança, métodos pedagógicos também devem evoluir. A chegada da era digital, por exemplo, trouxe desafios e oportunidades inéditas. A educação, agora, não está mais confinada aos muros da escola. A aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar, a qualquer momento. Neste contexto, a pedagogia deve se adaptar para atender às necessidades dos alunos do século XXI.

Assim, compreendemos que a educação não é um fenômeno isolado, mas um reflexo e um formador da sociedade. Sua influência é profunda e abrangente, tocando todos os aspectos de nossa vida coletiva. Se quisermos construir sociedades mais justas, igualitárias e progressistas, devemos começar pela forma como educamos nossos cidadãos. Porque, no final, a educação é o espelho no qual a sociedade vê a si mesma e a lente através da qual ela imagina seu futuro.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

O desenvolvimento das concepções pedagógicas ao longo da história é um tema fundamental para compreender como a educação evoluiu e se adaptou às necessidades sociais, culturais e políticas de diferentes épocas. Desde os primórdios da civilização, a educação desempenhou um papel central na formação dos indivíduos e na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração para outra. Cada período histórico trouxe consigo novas ideias e abordagens pedagógicas, refletindo as mudanças nas visões de mundo e nas expectativas sociais. Este texto abordará as principais concepções pedagógicas que marcaram a Antiguidade, a Idade Média, o Renascimento, o Iluminismo, até as correntes contemporâneas, destacando suas contribuições e legados para a prática educativa atual.

A importância deste estudo reside na necessidade de entender que a educação não é estática; ao contrário, ela é profundamente influenciada pelo contexto histórico e pelos valores predominantes em cada sociedade. Ao analisar as diferentes concepções pedagógicas, podemos identificar os princípios que ainda orientam a educação moderna e aqueles que foram superados ou transformados ao longo do tempo.

Pedagogia na Antiguidade: Influências Gregas e Romanas

Na Antiguidade, as concepções pedagógicas estavam intimamente ligadas às necessidades e valores das sociedades grega e romana. Em Atenas, por exemplo, a educação visava à formação do cidadão ideal, capaz de participar ativamente na vida pública. Sócrates, Platão e Aristóteles, três dos maiores filósofos gregos, ofereceram visões distintas sobre a educação, mas todas focadas no desenvolvimento moral e intelectual do indivíduo.

- **Sócrates:** Conhecido por seu método dialético, Sócrates acreditava que o verdadeiro conhecimento vinha de dentro do indivíduo e poderia ser revelado através do questionamento constante. Sua abordagem pedagógica era centrada no diálogo e na reflexão, incentivando os alunos a pensarem por si mesmos, em vez de simplesmente receberem conhecimento de forma passiva.
- **Platão:** Discípulo de Sócrates, Platão elaborou uma visão mais estruturada da educação em sua obra “A República”. Ele propôs um sistema educacional dividido em fases, onde os indivíduos eram educados de acordo com suas capacidades inatas. A educação, para Platão, deveria preparar os futuros governantes, os “filósofos-reis”, para liderar com sabedoria e justiça.
- **Aristóteles:** Aluno de Platão, Aristóteles trouxe uma visão mais prática e empírica à educação. Para ele, a educação deveria visar o desenvolvimento da virtude e a busca pela felicidade (eudaimonia). Aristóteles também destacou a importância da educação física e moral, além da intelectual.

Em Roma, a educação manteve a influência grega, mas com uma ênfase maior na formação prática e cívica. O objetivo era formar cidadãos que pudessem servir ao Estado, tanto na vida pública quanto na militar. Cícero e Quintiliano foram dois dos principais pensadores romanos que refletiram sobre a educação. Quintiliano, em particular, escreveu “Instituições Oratórias”, uma das primeiras obras dedicadas à educação infantil, onde defendeu a importância do ensino personalizado e adaptado ao ritmo de aprendizado de cada criança.

Essas concepções pedagógicas da Antiguidade lançaram as bases para a educação ocidental, influenciando práticas e teorias pedagógicas que perduraram por séculos. A valorização da formação integral do ser humano, do diálogo e do pensamento crítico são legados que continuam a ser reverenciados na educação contemporânea.

Pedagogia Medieval: A Influência do Cristianismo

A Idade Média foi um período marcado pela predominância da Igreja Católica na vida social e cultural da Europa, o que teve um impacto profundo na educação. A pedagogia medieval estava centrada na transmissão dos ensinamentos cristãos e na formação de clérigos. As escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, e o currículo era baseado no trivium (gramática, retórica e dialética) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que compunham as sete artes liberais.

- **Santo Agostinho:** Um dos teólogos mais influentes da época, Santo Agostinho elaborou uma concepção pedagógica que enfatizava a importância da educação para a

compreensão das Escrituras e para a salvação da alma. Ele defendia uma pedagogia introspectiva, onde o aprendizado era visto como um processo interno de autoconhecimento e de aproximação com Deus. Em sua obra “Confissões”, Agostinho refletiu sobre sua própria experiência educativa, criticando o ensino retórico e mecânico de sua juventude e propondo uma educação voltada para a verdade e o amor a Deus.

- **São Tomás de Aquino:** Outro grande pensador medieval, São Tomás de Aquino, integrou a filosofia aristotélica à teologia cristã, oferecendo uma visão equilibrada entre fé e razão. Para ele, a educação deveria desenvolver tanto a razão quanto a fé, pois ambas eram vistas como caminhos complementares para o entendimento da verdade divina. Sua obra “Suma Teológica” influenciou profundamente a pedagogia escolástica, que dominou as universidades medievais.

Durante a Idade Média, a educação era, em grande parte, privilégio da elite e do clero. No entanto, a fundação das primeiras universidades na Europa, como Bolonha, Paris e Oxford, marcou o início de uma expansão do acesso ao conhecimento, embora ainda limitado. Essas instituições surgiram como centros de aprendizado avançado, onde o trivium e o quadrivium serviam como base para estudos mais especializados em teologia, direito e medicina.

A pedagogia medieval, apesar de fortemente influenciada pela religião, contribuiu para a preservação e transmissão do conhecimento clássico e para a formação intelectual que prepararia o terreno para o Renascimento. O foco na formação moral e religiosa, característico dessa época, é um legado que ainda pode ser observado em várias instituições educativas ao redor do mundo.

4. Renascimento e a Pedagogia Humanista

O Renascimento foi um período de redescoberta das culturas clássicas greco-romanas e de valorização do potencial humano, marcando uma ruptura significativa com a pedagogia medieval. A pedagogia humanista, que emergiu nesse contexto, colocou o ser humano no centro do processo educativo, promovendo uma educação que buscava o desenvolvimento integral do indivíduo, em termos intelectuais, morais e estéticos.

- **Erasmus de Roterdã:** Um dos principais expoentes do humanismo, Erasmo de Roterdã, criticou o ensino escolástico e defendeu uma educação mais voltada para o desenvolvimento do espírito crítico e da moralidade. Em suas obras, como “Elogio da Loucura”, Erasmo destacou a importância da leitura dos clássicos e da educação como meio para alcançar a virtude. Ele acreditava que a educação deveria ser acessível a todos e promover a paz e a compreensão entre os povos.
- **Michel de Montaigne:** Outro pensador influente do Renascimento, Montaigne, em seus “Ensaio”, refletiu sobre a natureza humana e a importância da educação na formação de indivíduos sábios e equilibrados. Ele criticava a memorização mecânica e defendia uma educação que incentivasse a reflexão, a dúvida e a experiência pessoal. Para Montaigne, a educação deveria preparar o indivíduo para a vida prática, ensinando-o a pensar por si mesmo e a se adaptar às circunstâncias.

O Renascimento também viu a criação de escolas e academias que promoviam a educação humanista. A ênfase na leitura e interpretação dos textos clássicos, bem como o desenvolvimento das artes e das ciências, foi uma característica marcante desse período. A pedagogia humanista influenciou profundamente a educação europeia, preparando o terreno para as transformações que ocorreriam nos séculos seguintes.

Essa abordagem humanista trouxe uma visão mais secular e menos dogmática da educação, focada no potencial do indivíduo e na capacidade de aprendizado ao longo da vida. O legado da pedagogia humanista pode ser visto até hoje em sistemas educativos que valorizam a formação integral, a liberdade de pensamento e o desenvolvimento das capacidades críticas e criativas dos alunos.

A Pedagogia Moderna: Iluminismo e Revoluções Educacionais

O século XVIII, marcado pelo Iluminismo, trouxe uma nova perspectiva para a pedagogia, onde a razão, o progresso e a educação universal passaram a ser valores centrais. Esse período foi caracterizado por uma crítica às tradições autoritárias e por um desejo de reformar a sociedade através da educação.

- **John Locke:** Um dos pioneiros do pensamento iluminista, Locke defendia que a mente humana era como uma “tabula rasa”, sendo moldada pelas experiências e pela educação. Em sua obra “Alguns Pensamentos sobre a Educação”, Locke propôs uma educação prática, voltada para a formação do caráter e das habilidades necessárias para a vida cotidiana. Ele acreditava que a educação deveria ser adaptada às necessidades e capacidades de cada indivíduo, respeitando seu ritmo de aprendizado.
- **Jean-Jacques Rousseau:** Rousseau, em seu livro “Emílio, ou Da Educação”, revolucionou o pensamento pedagógico ao defender uma educação naturalista, onde a criança deveria ser educada de acordo com seu desenvolvimento natural e sem as imposições artificiais da sociedade. Rousseau criticou a educação tradicional, que ele via como repressiva, e propôs uma pedagogia que respeitasse a liberdade e a individualidade da criança, permitindo que ela aprendesse através da interação com o mundo ao seu redor.
- **Immanuel Kant:** Outro filósofo influente do Iluminismo, Kant via a educação como um meio para alcançar a autonomia e a capacidade de pensar de forma independente. Ele acreditava que a educação deveria ensinar as crianças a usar sua própria razão, promovendo a formação de cidadãos responsáveis e éticos. Kant via a educação como um processo de amadurecimento, onde o indivíduo aprende a agir de acordo com princípios racionais.

A Revolução Industrial e as transformações sociais que ocorreram nos séculos XVIII e XIX também tiveram um impacto profundo na educação. A necessidade de formar trabalhadores qualificados para a nova economia industrial levou ao surgimento de sistemas educativos nacionais e à expansão da escolarização. Movimentos como o de Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Fröbel focaram na educação infantil e no desenvolvimento integral da criança, introduzindo práticas pedagógicas que enfatizavam o aprendizado ativo e a importância do ambiente educativo.

A pedagogia moderna, influenciada pelo Iluminismo e pelas revoluções sociais, colocou a educação como um direito universal e como uma ferramenta para a transformação social. A ênfase na razão, na liberdade e na educação para todos são legados que continuam a moldar o pensamento pedagógico contemporâneo.

Pedagogia Contemporânea: Diversidade de Abordagens e Desafios Atuais

No século XX, a pedagogia passou por uma grande diversificação, com o surgimento de diversas correntes e métodos educativos que refletiram as complexas mudanças sociais e culturais do período. Entre as abordagens mais influentes estão o construtivismo de Jean Piaget, a teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky e a pedagogia crítica de Paulo Freire.

- **Jean Piaget:** Piaget desenvolveu uma teoria do desenvolvimento cognitivo que influenciou profundamente a educação. Ele propôs que o aprendizado ocorre em estágios, de acordo com a maturação cognitiva da criança. O construtivismo de Piaget enfatiza o papel ativo do aluno na construção do conhecimento, onde o aprendizado é visto como um processo de descoberta e de resolução de problemas.
- **Lev Vygotsky:** Complementando as ideias de Piaget, Vygotsky destacou a importância do contexto social no desenvolvimento cognitivo. Sua teoria sociointeracionista sugere que o aprendizado é mediado pela interação social e pela linguagem, com o conceito de “zona de desenvolvimento proximal” sendo central para entender como o aprendizado ocorre com a ajuda de outros.
- **Paulo Freire:** Freire trouxe uma visão emancipadora para a educação, criticando o modelo tradicional de ensino, que ele chamou de “educação bancária”, onde o professor deposita conhecimento nos alunos de forma passiva. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire propôs uma educação dialógica e participativa, onde o aprendizado é um ato de liberdade e conscientização. Sua pedagogia crítica busca empoderar os alunos para que eles possam transformar a realidade social.

A pedagogia contemporânea enfrenta desafios complexos, como a inclusão de alunos com necessidades especiais, a diversidade cultural, as novas tecnologias e as mudanças nas formas de comunicação e aprendizagem. A globalização e a digitalização da educação também trouxeram novas questões, como o acesso desigual à educação e a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas às novas realidades.

Hoje, a pedagogia continua a evoluir, buscando respostas para as demandas de um mundo em rápida transformação. A educação é vista não apenas como um direito, mas como um meio para alcançar a equidade social e para preparar os indivíduos para enfrentar os desafios do século XXI. As abordagens pedagógicas contemporâneas refletem a diversidade e a complexidade do mundo atual, buscando formar indivíduos críticos, criativos e capazes de contribuir para a sociedade.

SABERES DIGITAIS DOCENTES

ENSINO E APRENDIZAGEM COM TECNOLOGIAS DIGITAIS: CURADORIA, PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM; INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E INOVADORAS; USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS PARA ACOMPANHAMENTO DE APRENDIZAGEM E GESTÃO DA SALA DE AULA; UTILIZAÇÃO DE DADOS E EVIDÊNCIAS DIGITAIS PARA TOMADA DE DECISÃO PEDAGÓGICA; AVALIAÇÃO E FEEDBACK MEDIADOS POR RECURSOS DIGITAIS; APLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

CURADORIA, PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O uso de tecnologias digitais no contexto educacional vem se consolidando como um pilar essencial para a construção de experiências de ensino-aprendizagem mais dinâmicas, personalizadas e significativas. Nesse cenário, a curadoria, produção e adaptação de recursos digitais desempenham papéis estratégicos para professores e demais profissionais da educação que desejam integrar essas ferramentas de forma efetiva e crítica às suas práticas pedagógicas.

A curadoria de recursos digitais consiste no processo de seleção criteriosa, análise e organização de conteúdos disponíveis na internet ou em plataformas educacionais. Diferente da simples busca por materiais, a curadoria exige olhar pedagógico, conhecimento do currículo, domínio das necessidades dos estudantes e clareza sobre os objetivos de aprendizagem. Um recurso digital bem curado considera a qualidade do conteúdo, sua acessibilidade, linguagem, atualização, fontes e aplicabilidade ao contexto de ensino. A prática da curadoria também envolve o uso de ferramentas específicas que ajudam o professor a organizar seus achados, como repositórios digitais, portfólios online e aplicativos de bookmarking educacional.

Já a produção de recursos digitais se refere à criação de materiais próprios, feitos sob medida para os estudantes, considerando suas especificidades e as metas do processo de ensino. Esses recursos podem assumir diversas formas, como vídeos explicativos, infográficos, podcasts, e-books interativos, quizzes online e apresentações multimídia. A produção digital coloca o educador em uma posição ativa de autor, valorizando seu conhecimento e criatividade. Além disso, amplia as possibilidades de atender diferentes estilos de aprendizagem, promovendo experiências mais personalizadas e engajadoras.

A adaptação de recursos, por sua vez, é um processo igualmente importante, pois reconhece que nem sempre os conteúdos disponíveis estão prontos para o uso em sala de aula, especialmente quando se leva em conta a diversidade dos estudantes.

Adaptar um recurso significa ajustá-lo em termos de linguagem, formato, acessibilidade ou profundidade para que se adeque ao nível cognitivo, às necessidades específicas ou às limitações tecnológicas da turma. Esse processo é fundamental para garantir a inclusão e equidade no acesso ao conhecimento. Por exemplo, adaptar um vídeo com legendas, traduzir um texto, simplificar a linguagem ou transformar um conteúdo visual em áudio são práticas que ampliam o alcance dos materiais.

É importante destacar que essas três dimensões — curadoria, produção e adaptação — não são estáticas nem isoladas. Em geral, um bom planejamento pedagógico digital envolve a combinação dessas estratégias, considerando o tempo disponível, os recursos tecnológicos acessíveis e o perfil da turma. O educador pode começar com a curadoria de materiais confiáveis, adaptá-los conforme a necessidade de seus alunos e, quando possível, produzir conteúdos originais para aprofundar ou complementar o tema.

Outro aspecto central nesse processo é o desenvolvimento da competência digital do professor. Para curar, adaptar e produzir materiais com qualidade, o educador precisa dominar minimamente ferramentas digitais, plataformas de edição e princípios de design instrucional. Isso não significa ser especialista em tecnologia, mas sim possuir uma base sólida que permita tomar decisões pedagógicas conscientes e eficazes. A formação continuada é, nesse sentido, um elemento-chave para que o uso dos recursos digitais seja significativo e não apenas uma substituição do papel pelo digital.

Além disso, vale considerar que os próprios estudantes também podem ser envolvidos nesse processo. A produção colaborativa de recursos, como vídeos explicativos feitos pelos alunos, apresentações digitais em grupo ou projetos de pesquisa com construção de blogs e portfólios online, contribui para o protagonismo discente e desenvolve competências do século XXI, como comunicação, criatividade, pensamento crítico e colaboração.

Por fim, a curadoria, produção e adaptação de recursos digitais devem estar sempre alinhadas aos princípios pedagógicos e à intencionalidade do ensino. O uso de tecnologia não é um fim em si mesmo, mas um meio para ampliar possibilidades de aprendizagem. Quando bem planejados e integrados ao currículo, os recursos digitais enriquecem o trabalho docente, favorecem a aprendizagem ativa e colaborativa e aproximam o universo escolar das realidades digitais vivenciadas pelos estudantes fora da sala de aula.

TECNOLOGIAS DIGITAIS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E INOVADORAS

O uso de tecnologias digitais na educação tem um enorme potencial para transformar práticas pedagógicas tradicionais, tornando-as mais inclusivas e inovadoras. Quando bem aplicadas, essas tecnologias contribuem não apenas para diversificar

estratégias de ensino, mas também para promover o acesso equitativo ao conhecimento, respeitando as múltiplas formas de aprender dos estudantes. Inclusão e inovação, nesse contexto, são dimensões complementares: a primeira busca garantir que todos aprendam, enquanto a segunda aponta caminhos criativos e eficazes para que isso aconteça.

A inclusão educacional vai além da presença física do aluno na sala de aula. Envolve a garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. As tecnologias digitais oferecem recursos valiosos para essa missão. Por exemplo, softwares de leitura de tela e síntese de voz atendem estudantes com deficiência visual; legendas automáticas beneficiam alunos surdos ou com dificuldades auditivas; tradutores e ferramentas de simplificação textual auxiliam aprendizes de línguas; e ambientes virtuais adaptáveis favorecem estudantes com transtornos de atenção ou de aprendizagem.

Nesse sentido, uma prática pedagógica inclusiva com uso de tecnologia deve considerar a acessibilidade digital como um princípio fundamental. Isso significa escolher plataformas que sigam padrões internacionais de acessibilidade, oferecer diferentes formatos de conteúdo (áudio, vídeo, texto, imagem), permitir a personalização do ambiente virtual de aprendizagem e estimular a autonomia do estudante. Além disso, a acessibilidade deve ser pensada desde o planejamento das aulas, e não como uma adaptação posterior.

Outro ponto importante é o potencial das tecnologias digitais para apoiar a personalização da aprendizagem. Plataformas adaptativas, por exemplo, utilizam algoritmos para oferecer atividades e desafios de acordo com o ritmo e desempenho de cada aluno. Aplicativos educacionais permitem que estudantes escolham trilhas de estudo, definam metas pessoais e acompanhem seu próprio progresso. Isso representa uma mudança significativa em relação ao modelo tradicional, baseado em conteúdos padronizados e ritmo único, que muitas vezes ignora as diferenças de interesse, estilo cognitivo e bagagem cultural entre os alunos.

Inovar com tecnologias digitais também implica repensar o papel do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem. O modelo centrado na transmissão de conteúdos cede lugar a práticas que valorizam a construção ativa do conhecimento, o trabalho colaborativo, o pensamento crítico e a resolução de problemas reais. Ferramentas como fóruns de discussão online, plataformas de projetos colaborativos, laboratórios virtuais, simuladores e jogos educacionais ampliam as possibilidades de engajamento e participação dos estudantes. O ambiente digital, quando bem explorado, favorece uma aprendizagem mais interativa, exploratória e conectada com o mundo.

As metodologias ativas ganham força nesse novo cenário. Estratégias como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos, gamificação e aprendizagem por investigação encontram nas tecnologias digitais um suporte fundamental. Por meio delas, os alunos têm acesso a conteúdos prévios, participam de discussões em tempo real ou assíncronas, compartilham produções e constroem conhecimento de forma mais autônoma. Essas práticas também promovem a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática, tornando o processo educativo mais relevante e significativo.

Vale destacar que a inovação não depende exclusivamente do uso de ferramentas sofisticadas ou de última geração. Ela está diretamente ligada à intencionalidade pedagógica, à criatividade

do professor e à capacidade de criar experiências de aprendizagem significativas. Muitas vezes, práticas inovadoras podem ser implementadas com recursos simples, desde que usados de maneira estratégica e com foco no desenvolvimento dos estudantes.

Por fim, é essencial que a inovação tecnológica na educação venha acompanhada de formação docente adequada. O professor precisa sentir-se seguro para explorar novas possibilidades, avaliar criticamente o uso das ferramentas e adaptar suas práticas de acordo com o perfil da turma. Programas de formação continuada que abordem tanto aspectos técnicos quanto pedagógicos do uso das tecnologias são fundamentais para sustentar a inovação e a inclusão.

PLATAFORMAS DIGITAIS NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM E DA SALA DE AULA

As plataformas digitais têm desempenhado um papel cada vez mais relevante na gestão da aprendizagem e na organização da sala de aula. Elas oferecem ao professor ferramentas práticas para planejar, aplicar, acompanhar e avaliar atividades de ensino, promovendo maior integração entre os diversos elementos do processo educativo. Ao mesmo tempo, contribuem para ampliar a comunicação entre professores, estudantes e famílias, além de possibilitar o monitoramento mais eficaz do progresso de cada aluno.

Essas plataformas podem ser ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), sistemas de gestão educacional, aplicativos educacionais ou até mesmo redes sociais adaptadas para fins pedagógicos. Independentemente da nomenclatura ou complexidade, o que caracteriza uma boa plataforma é sua capacidade de facilitar o trabalho docente e melhorar a experiência de aprendizagem dos estudantes. Ela deve ser intuitiva, acessível, compatível com diferentes dispositivos e, acima de tudo, pedagógica em sua proposta.

Na gestão da aprendizagem, as plataformas digitais funcionam como centros organizadores de conteúdos e atividades. O professor pode montar trilhas de aprendizagem, publicar materiais de apoio, organizar fóruns de discussão, propor tarefas avaliativas e criar espaços de interação. Isso permite que o processo de ensino seja estruturado de forma clara e acessível para todos os envolvidos. Os estudantes, por sua vez, podem acessar os conteúdos de acordo com seu próprio ritmo, revisar materiais, tirar dúvidas e acompanhar seu desempenho por meio de relatórios e feedbacks.

Além disso, essas ferramentas permitem uma abordagem mais personalizada do ensino. A partir de dados coletados automaticamente pela plataforma — como tempo de acesso, respostas às atividades, participação em fóruns e resultados em quizzes — é possível identificar padrões de aprendizagem, dificuldades recorrentes e pontos fortes dos estudantes. Com essas informações, o professor pode tomar decisões mais embasadas sobre intervenções pedagógicas, adaptar estratégias e oferecer apoio individualizado quando necessário.

Na organização da sala de aula, as plataformas também desempenham funções administrativas importantes. Permitem o registro de frequência, o acompanhamento do engajamento dos alunos, o controle de prazos de entrega e o envio de comunicados. Muitos sistemas oferecem ainda integração com calendários, agendas e notificações automáticas, ajudando

tanto alunos quanto professores a manterem-se organizados. Essa estrutura favorece a autonomia dos estudantes e reduz a sobrecarga do professor com tarefas burocráticas.

Outro ponto relevante é a possibilidade de ampliação dos espaços e tempos de aprendizagem. Com as plataformas digitais, a sala de aula deixa de ser um espaço físico e passa a ser também um ambiente virtual, acessível a qualquer hora e lugar. Isso não apenas favorece o ensino remoto ou híbrido, mas também enriquece o ensino presencial, permitindo que os estudantes revisitem conteúdos, aprofundem temas de interesse e mantenham o contato com o professor e os colegas fora do horário das aulas.

Importante destacar, no entanto, que o uso de plataformas digitais não garante, por si só, melhorias na aprendizagem. É fundamental que o professor atue como mediador, planejando cuidadosamente as atividades, promovendo a interação entre os participantes e oferecendo acompanhamento contínuo. O ambiente virtual deve ser um espaço de diálogo, construção coletiva e reflexão, e não apenas um repositório de tarefas ou materiais.

Também é essencial considerar questões de acessibilidade e inclusão digital. Nem todos os estudantes têm acesso fácil à internet ou a dispositivos adequados. Por isso, o uso de plataformas deve ser pensado dentro de uma lógica de equidade, com alternativas offline sempre que necessário e atenção às barreiras tecnológicas que possam impedir o pleno aproveitamento das ferramentas.

No contexto escolar mais amplo, a adoção de plataformas digitais pode favorecer a construção de uma cultura de uso pedagógico das tecnologias. Para isso, é importante que as instituições de ensino ofereçam suporte técnico, formação contínua e espaços de troca entre os professores. A colaboração entre docentes, gestores e equipe de tecnologia educativa é fundamental para que as plataformas sejam integradas de maneira coerente ao projeto pedagógico da escola.

DADOS E EVIDÊNCIAS DIGITAIS NA TOMADA DE DECISÃO PEDAGÓGICA

O uso de dados e evidências digitais no contexto educacional tem se tornado uma ferramenta cada vez mais valorizada para orientar a tomada de decisões pedagógicas. Com o apoio das tecnologias digitais, professores, coordenadores e gestores escolares podem acessar informações relevantes sobre o desempenho, o engajamento e as trajetórias de aprendizagem dos estudantes, permitindo intervenções mais precisas, personalizadas e eficazes.

Ao utilizar ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas educacionais, aplicativos de atividades ou sistemas de avaliação digital, uma grande quantidade de dados é gerada de forma contínua. Esses dados incluem, por exemplo, frequência de acesso às aulas e aos conteúdos, tempo de permanência em determinada atividade, padrões de acerto e erro em exercícios, participação em fóruns, tipos de recursos mais utilizados, entre outros. A análise criteriosa dessas informações constitui o que se chama de evidência digital de aprendizagem.

Essas evidências funcionam como um retrato do processo educativo em tempo real, permitindo ao professor perceber aspectos que muitas vezes não são facilmente observáveis na dinâmica tradicional da sala de aula. Por exemplo, ao verificar que um estudante acessa os materiais com regularidade, mas

apresenta baixo desempenho em quizzes, o educador pode investigar se há dificuldades de compreensão, problemas na forma como os conteúdos estão sendo apresentados ou questões externas que estejam interferindo na aprendizagem.

A partir dessa análise, torna-se possível tomar decisões pedagógicas mais fundamentadas. Isso pode envolver a reorganização de turmas, a modificação de estratégias de ensino, o oferecimento de atividades de reforço ou desafios adicionais, ou ainda a criação de trilhas de aprendizagem diferenciadas. O uso de dados permite, portanto, um planejamento mais responsivo às necessidades reais dos estudantes, ao invés de basear-se apenas em percepções subjetivas ou padrões genéricos.

Além disso, os dados digitais favorecem o acompanhamento da aprendizagem ao longo do tempo. Ao analisar séries históricas de desempenho, é possível identificar tendências, avanços, retrocessos ou estagnações no progresso dos estudantes. Isso contribui para a avaliação contínua e formativa, que valoriza o processo, reconhece o esforço e orienta o desenvolvimento, em vez de se concentrar apenas em resultados finais.

A visualização dos dados por meio de dashboards, gráficos ou relatórios automáticos também facilita a interpretação das informações por parte dos educadores. Ferramentas como essas tornam os dados mais acessíveis e práticos para o uso cotidiano, incentivando uma cultura de tomada de decisões baseada em evidências. No entanto, é importante que os professores desenvolvam competências para leitura crítica e uso pedagógico dos dados, compreendendo seus limites, suas possibilidades e os contextos em que foram gerados.

Outro aspecto importante é a ética no uso dos dados educacionais. As informações dos estudantes devem ser tratadas com responsabilidade, garantindo a privacidade, a confidencialidade e a utilização com fins exclusivamente pedagógicos. O uso ético dos dados também implica a escuta ativa dos alunos, a interpretação sensível dos resultados e o respeito às singularidades de cada trajetória de aprendizagem.

Os dados digitais não devem ser vistos como instrumentos de controle, mas como recursos de apoio à prática docente. Quando integrados a uma visão pedagógica humanizada e reflexiva, ajudam o educador a conhecer melhor seus alunos, a planejar com mais precisão e a intervir com maior eficiência. Também favorecem o trabalho colaborativo entre professores, possibilitando a troca de experiências e a construção conjunta de soluções para desafios comuns.

Além dos dados quantitativos, como notas, acessos e tempo de estudo, as plataformas também permitem a coleta de dados qualitativos, como comentários em fóruns, produções escritas, gravações de vídeo ou áudio, que podem ser analisados com o mesmo cuidado. Esses elementos revelam dimensões importantes da aprendizagem, como a capacidade de argumentar, expressar ideias, colaborar e refletir, que muitas vezes escapam às métricas tradicionais.

Por fim, a integração entre dados e prática pedagógica deve ser pensada como um processo contínuo, cíclico e reflexivo. Coletar, analisar, interpretar, tomar decisões e avaliar os efeitos dessas decisões formam um ciclo que aprimora progressivamente a qualidade do ensino. O uso de evidências digitais, portanto, não substitui a sensibilidade do educador, mas a complementa, oferecendo suporte para uma prática mais informada, estratégica e centrada nos estudantes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa

FONOLOGIA: RELAÇÃO LETRA E FONEMA. SEPARAÇÃO DE SÍLABA E TRANSLINEAÇÃO

Muitas pessoas acreditam que fonética e fonologia são sinônimos. No entanto, embora ambas pertençam à mesma área de estudo, apresentam diferenças significativas.

► Fonética

Segundo o Dicionário Houaiss, fonética “é o estudo dos sons da fala de uma língua”.

Isso significa que a fonética é um ramo da linguística que analisa os sons do ponto de vista físico e articulatório. Ou seja, preocupa-se com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros aspectos físicos da fala, sem considerar o conteúdo do que é dito.

Para representar cada som, utiliza-se o Alfabeto Fonético Internacional (AFI).

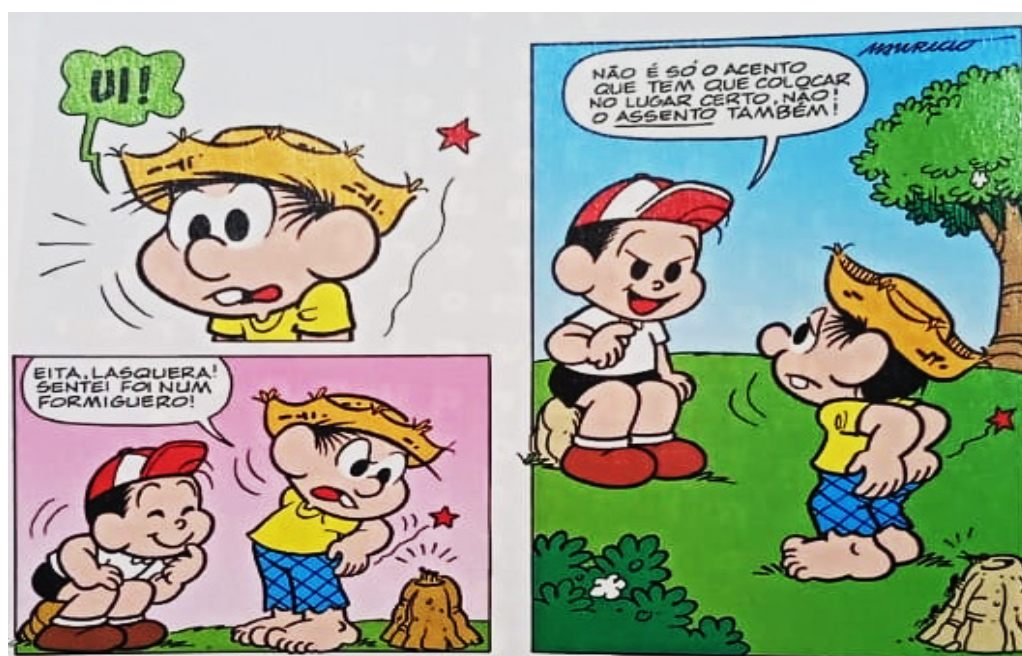
Em síntese, a fonética estuda os movimentos físicos — da boca, dos lábios, da língua etc. — envolvidos na produção dos sons, desconsiderando seu significado.

► Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Ou seja, a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:



(Gibizinho da Mônica, nº73, p.73)

O humor da tirinha é construído a partir do uso das palavras acento e assento.

Embora possuam significados distintos, ambas apresentam a mesma pronúncia.

É importante lembrar que a fonética se preocupa com os sons e os representa por meio de um alfabeto específico. Portanto, para a fonética, essas duas palavras seriam transcritas da seguinte forma:

Acento	asêtu
Assento	asêtu

A transcrição é idêntica, uma vez que os sons também são. Já a fonologia analisa cada som em relação ao seu significado, sendo ela a responsável por distinguir uma palavra da outra.

Agora que entendemos que fonética e fonologia são áreas diferentes, é preciso compreender a diferença entre fonema e letra.

▪ **Fonema:** os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos nos referindo às menores unidades de som, e não às sílabas. Observe a diferença: na palavra pato, a primeira sílaba é pa-. No entanto, o primeiro som é /p/ (representado pela letra P) e o segundo som é /a/.

▪ **Letra:** as letras são as menores unidades gráficas que compõem uma palavra.

Em resumo, na palavra pato, pa- é a primeira sílaba; /p/ é o primeiro som (fonema); e P é a primeira letra.

Agora que compreendemos essas distinções, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

▪ **Sílaba:** a sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que é emitido em um só impulso de voz que tem como base uma vogal.

As sílabas são classificadas de dois modos: quanto ao número e quanto à tonicidade.

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

▪ **Monossílabas:** apresentam apenas uma sílaba (pé, pá, mão, boi, luz, é);

▪ **Dissílabas:** apresentam duas sílabas (café, leite, noites, caí, bota, água);

▪ **Trissílabas:** apresentam três sílabas (caneta, cabeça, saúde, circuito, boneca);

▪ **Polissílabas:** apresentam quatro ou mais sílabas (casamento, jesuíta, irresponsabilidade, paralelepípedo).

Classificação quanto à tonicidade:

As palavras podem ser:

▪ **Oxítonas:** têm a última sílaba como tônica (ca-fé, ma-ra-cu-já, ra-paz, u-ru-bu);

▪ **Paroxítonas:** têm a penúltima sílaba como tônica (me-sa, sa-bo-ne-te, ré-gua);

▪ **Proparoxítonas:** têm a antepenúltima sílaba como tônica (sá-ba-do, tô-ni-ca, his-tó-ri-co).

Lembre-se que:

▪ **Tônica:** a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

▪ **Átona:** a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra **telefone**: te-, le-, ne- são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que **fo-** é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

► Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

▪ **Ditongo:** encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (cau-le, gai-o-la, ba-lei-a...)

▪ **Tritongo:** encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (Pa-ra-guai, quais-quer, a-ve-ri-guou...)

▪ **Dígrafo:** quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos ch, lh, nh, gu e qu (fa-cha-da, co-lhei-ta, fro-nha, pe-guei...)

▪ **Encontros consonantais inseparáveis:** re-cla-mar, psi-có-lo-go, pa-trão...)

Deve-se separar:

▪ **Hiatos:** vogais que se encontram na palavra, mas pertencem a sílabas diferentes (sa-ú-de, Sa-a-ra, ví-a-mos);

▪ **Dígrafos rr, ss, sc e xc:** nesses casos, as letras são pronunciadas juntas, mas devem ser separadas na divisão silábica (car-ro, pás-sa-ro, pis-ci-na, ex-ce-ção);

▪ **Encontros consonantais separáveis:** quando as consoantes não pertencem à mesma sílaba (in-fec-ção, mag-nó-lia, rit-mo).

TRANSLINEAÇÃO

CONCEITO DE TRANSLINEAÇÃO

A translineação é o processo gráfico de separação silábica de uma palavra no final de uma linha, transferindo parte dela para o início da linha seguinte. Trata-se de um recurso importante da ortografia normativa do português, que visa garantir a fluidez visual

e a organização estética do texto quando há limitação de espaço em uma linha, especialmente em composições manuais, textos impressos, publicações editoriais e provas escritas.

É um fenômeno regulado pelas regras da separação silábica, uma vez que a divisão de palavras entre linhas deve respeitar a estrutura silábica correta conforme as normas da Língua Portuguesa.

Exemplo prático:

Quando um estudante pre-pa-ra seu texto com atenção, a legibilidade me-lho-ra consideravelmente.

Nessa situação, a palavra “prepara” foi dividida corretamente em “pre-” e “para”, seguindo a divisão silábica da língua portuguesa. O mesmo ocorre com “melhora”, que foi separada em “me-” e “lhora”.

► Função comunicativa e estética

A principal função da translineação é garantir a legibilidade e o aproveitamento do espaço gráfico. Em contextos de escrita manuscrita ou impressa, especialmente em redações e avaliações, a translineação evita que palavras ultrapassem a margem ou sejam omitidas no fechamento da linha.

Além disso, quando bem aplicada, demonstra domínio da norma padrão e cuidado com a apresentação textual, o que pode ser um diferencial em concursos públicos.

► Distinção entre translineação e outros recursos gráficos

É importante não confundir translineação com:

- **Hifenização composta:** refere-se ao uso de hífen em palavras compostas (como em “bem-estar”, “guarda-chuva”).
- **Travessão ou quebra de parágrafo:** recursos sintáticos ou discursivos, não relacionados à segmentação silábica.
- **Divisão tipográfica:** utilizada em diagramas, listas e construções visuais, que não seguem, necessariamente, as regras da ortografia.

► Importância em avaliações e documentos oficiais

No contexto educacional e em concursos públicos, a translineação correta é um critério avaliado. Separações indevidas de sílabas podem ser penalizadas por configurarem erro gramatical. Além disso, em documentos formais, como ofícios, petições e relatórios, o uso correto da translineação demonstra domínio linguístico e respeito às convenções gráficas normativas.

A translineação é a separação de uma palavra no final da linha, respeitando a estrutura silábica da língua, com o uso do hífen. É um recurso técnico que contribui para a organização e a apresentação adequada dos textos escritos. Sua aplicação correta exige conhecimento das regras de separação silábica e atenção ao contexto comunicativo.

REGRAS GERAIS DA TRANSLINEAÇÃO

A translineação, por envolver a divisão de palavras ao final de uma linha, está submetida às regras de separação silábica da Língua Portuguesa. Essas regras são essenciais para garantir que a divisão mantenha o sentido da palavra e obedeça aos princípios gramaticais estabelecidos pelas gramáticas normativas e pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP).

► Segmentação correta de palavras ao final da linha

A divisão deve ser feita entre as sílabas da palavra, respeitando a estrutura fonológica e ortográfica.

Exemplos corretos:

- pa-la-vra
- pro-ble-ma
- li-vro
- es-tu-dan-te

Cada uma dessas divisões respeita a separação silábica que se observa na pronúncia e na escrita da palavra.

Uso do hífen:

Ao realizar a translineação, deve-se utilizar o hífen (-) ao final da linha, indicando que a palavra continuará na linha seguinte. O hífen não faz parte da palavra nesse contexto, é apenas um sinal gráfico de continuidade.

Exemplo:

O aluno se com-pro-me-teu com a tarefa.

Observe que o hífen é inserido após “com-”, mas não permanece na grafia original da palavra “comprometeu”.

Palavras que não devem ser translineadas:

Certas palavras devem evitar a translineação sempre que possível:

- **Monossílabos (ex: “mês”, “sol”, “cor”)** não podem ser separados, pois não possuem divisão silábica.
- **Palavras muito curtas, que resultariam em sílabas com apenas uma letra isolada na linha seguinte, também devem ser evitadas (ex: não dividir “a-mi-go” em “a-” e “mi-go”).**
- **Abreviações e siglas, que não seguem a lógica silábica da língua.**

Evitar ambiguidades e alterações de sentido:

A translineação inadequada pode gerar ambiguidades ou mudanças no sentido da palavra ou do texto.

Exemplo de erro:

Ela foi para o co-rredor.

A separação entre “co” e “rredor” pode causar estranhamento na leitura, apesar de tecnicamente correta quanto à separação silábica. Em casos assim, recomenda-se reorganizar a linha para evitar essa quebra.

Resumo das principais regras:

Regra	Explicação	Exemplo
Usar o hífen	Indicar continuação da palavra	pro-ble-ma

CONHECIMENTOS DO ESTADO DE SERGIPE

INDÍGENAS EM SERGIPE

Os índios de **Sergipe** são membros de nações tradicionais, como os PATAXÓS, KARIRIS, TUPINAMBÁS, XOCÓS, FULNI-ÔS E KRAHÓS. Estes índios residem em aldeias localizadas nos municípios de Aracaju, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis, bem como em aldeias formadas por indígenas de outros estados que migraram para a região.

A maioria destes índios vive em condições de pobreza e desigualdade, e se dedicam principalmente à agricultura de subsistência, pesca e ao artesanato.

Estes índios também sofrem com problemas como a falta de infraestrutura básica, saúde e educação de qualidade. Alguns também trabalham com projetos de recuperação de seus direitos territoriais, desenvolvendo lutas coletivas para preservar seus territórios ancestrais e sua cultura.

Resumo sobre a população de índios no estado de SERGIPE:

Nações Indígenas	Residência	Condições de Vida	Atividades
Pataxós, Kariris, Tupinambás, Xocós, Fulni-Ôs E Krahós.	Aldeias localizadas nos municípios de Aracaju, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis.	Pobreza e desigualdade.	Agricultura de subsistência, pesca e artesanato.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO TERRITÓRIO SERGIPANO

O território sergipano foi ocupado por vários grupos étnicos desde a antiguidade. Os índios Kariri-Xocó, Tupinambá, Pankararu e Potiguar foram os principais responsáveis pela ocupação desta região.

A partir de 1591, com a chegada dos portugueses, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano ganhou novo ímpeto. Com a fundação da cidade de São Cristóvão, os colonizadores começaram a colonizar a região.

A expansão da colonização portuguesa e a chegada dos escravos foram fundamentais para o povoamento do território sergipano. Estes escravos, provenientes principalmente de África, contribuíram para o desenvolvimento da região ao longo dos séculos.

O crescimento da população sergipana foi acelerado com o início da industrialização na década de 1950, quando diversas empresas começaram a se instalar na região. Ainda assim, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano foi lento, pois muitas áreas continuaram a ser desocupadas até os dias de hoje.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem investido em diversos projetos para estimular a ocupação e o povoamento do território sergipano. Estes projetos incluem a construção de infraestrutura, a criação de novos postos de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo, o Estado tem incentivado a preservação da cultura local e dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade desta região. Com isso, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano tem se acelerado ao longo dos anos.

Atualmente, Sergipe é um dos estados mais populosos do país, com mais de 2,7 milhões de habitantes. A região tem se destacado por sua grande diversidade cultural, que inclui índios, negros, portugueses, italianos e alemães.

Apesar do crescimento populacional, muitas áreas do território sergipano ainda são desocupadas. O governo tem investido em projetos de ocupação destas áreas, para incentivar o desenvolvimento econômico e social da região.

ECONOMIAS FUNDADORAS

O estado de **Sergipe** possui três principais economias fundadoras: a pecuária, a agricultura e a de gêneros de subsistência.

Dentro deste contexto vamos relatar abaixo um breve histórico dessas economias:

Resumo histórico sobre as economias fundadoras**Criação de gado:**

- Primeira atividade econômica do estado;
- Terras cedidas pelo sistema de sesmarias;
- Avanço na direção sul-norte por regiões próximas ao litoral;
- Interiorização, dando início ao povoamento de Simão Dias e Itabaiana;
- Pouca mão de obra, sistema de compensação (1/4 para o vaqueiro);
- Abastecimento das tropas que defendiam o território;
- Empurradas para o interior no final do século XVIII por conta da cana;
- Perdeu força no século XIX porém voltou a ganhar destaque no século XX.

Cana-de-açúcar:

- Começo em 1602 pela solicitação de sesmaria para engenho;
- Fortalecimento da atividade no final do século XVIII e século XIX;
- Altos preços do açúcar no mercado internacional;
- Problemas em outras áreas produtoras;
- Crescimento demográfico;
- Aumento do poder de compra;
- Domínio da atividade nos vales dos Rios Real, Piauí, Vaza-Barris, **Sergipe**, Cotinguiba, Ganhamoroba, Siriri e Japarutuba;
- Produção de pequeno porte, porém com muita mão de obra;
- Uso do sistema a vapor chega somente em 1860;
- Perca de mercado para outros estados produtores.

Algodão:

- Inexpressiva para a economia sergipana nos sécs. XVII e XVIII;
- Somente ganha força no final do séc. XVIII;
- Produção concentrada na região do Cotinguiba e São Francisco;
- Mercado auxiliado pelas guerras de independência dos EUA, no final do séc. XVIII;
- **Década de 1860:** aumento da exportação do algodão e da demanda interna para a fabricação de tecidos. Surge a “onda branca”;

- Era caracterizada por ser “lavoura dos pobres”;
- **Década de 1880:** enfraquecimento devido a recuperação dos EUA e ascensão da produção egípcia, limitando ao mercado interno de tecidos;
- **Primeira fábrica de tecido em Aracaju:** 1884 – Sergipe Industrial.

Gêneros de subsistência:

- Acompanhava a criação do gado;
- Feijão, milho, arroz, farinha de mandioca;
- Fortalecimento no agreste **sergipano**, contribuindo no povoamento de Itabaiana e Simão Dias;
- A mandioca foi o produto que ganhou mais destaque;
- A expansão dos canais no séc. XVIII gerou escassez de alimentos para a população;
- Mão de obra familiar;
- Entre os sécs. XIX e XX, o arroz produzido nas várzeas do rio São Francisco foi o único produto de subsistência a ser exportado.

REGIÕES GEOECONÔMICAS

A Região Geoeconômica do Estado de Sergipe é formada por cinco regiões, cada uma com suas particularidades e características. A Região Metropolitana de Aracaju (RMAR) é a mais desenvolvida, com grandes investimentos em infraestrutura, comércio, serviços e indústria, além de ser responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. A Região Agreste, localizada entre o litoral e o sertão, é caracterizada por ter o clima semiárido e é a região com maior número de pequenos produtores de alimentos. O Sertão, localizado no interior do estado, tem clima semiárido, com baixa precipitação pluviométrica e baixa oferta de água.

O Litoral Sul é a região litorânea mais ao sul do estado, com belíssimas paisagens naturais, onde é comum encontrar turistas durante o ano. Essa região também é importante para o turismo e para a pesca. Por sua vez, o Litoral Norte é a região litorânea mais ao norte, com grande presença de manguezais e espécies marinhas. É uma região importante para a pesca artesanal, com grande presença de comunidades pesqueiras.

Além disso, a Região de Sergipe também oferece diversas formas de lazer e entretenimento, como parques, praias, museus, teatros, shows, festivais de música e outras atrações culturais. Também é possível aproveitar os aromas e sabores típicos da culinária local, desfrutar de atividades desportivas, como voleibol, futebol, vôlei de praia, surf, windsurf, mergulho, canoagem e outras. O estado de Sergipe é rico em belezas naturais e culturais, oferecendo aos seus visitantes e moradores um clima tropical amenizado, além de um patrimônio histórico-cultural inigualável.

ESTRUTURA DO PODER E A SOCIEDADE COLONIAL SERGIPANA

A estrutura de poder na sociedade colonial **sergipana** era marcada pela lógica de hierarquização. Através da propriedade feudal, os proprietários rurais e urbanos, que eram os principais detentores de poder, tinham direitos sobre a terra e seus produtos. Os senhores feudais, também conhecidos como proprietários, eram os responsáveis por formular as leis e regulamentar a exploração dos recursos naturais da região.

Além dos proprietários, outros grupos sociais desempenhavam importantes papéis na estrutura de poder colonial sergipana. Os escravos eram responsáveis por trabalhar na lavoura, principalmente na produção de açúcar e outros produtos agrícolas. Os índios também eram explorados, principalmente para a produção de produtos agrícolas e para a extração de minérios.

Outro grupo importante na estrutura social era a elite colonial, formada principalmente por comerciantes, artesãos e fazendeiros. Estes grupos tinham grande influência na política local e no comércio. A Igreja também desempenhava um papel importante na estrutura de poder, pois era responsável pela educação e formação das crianças.

A estrutura de poder na sociedade colonial sergipana foi marcada pela desigualdade econômica, pois os grupos mais ricos possuíam maior poder e influência. Esta desigualdade se refletia na estrutura política, onde os grupos mais poderosos eram privilegiados e possuíam maior influência nas decisões tomadas pelo governo colonial.

SERGIPE NAS SUCESSIVAS FASES DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A história da República brasileira é marcada por várias mudanças e transformações no cenário político e econômico do país. Durante este período, o estado de Sergipe foi impactado por essas mudanças.

Durante a Primeira República, Sergipe foi parte da região Nordeste, onde ocorreram diversos movimentos políticos e econômicos. Os principais destes movimentos foram o da Revolução Federalista e o da politização das questões sociais. O período também foi marcado pela exploração dos recursos naturais da região.

Durante a Ditadura Militar, a região Nordeste foi impactada pelo regime. A economia do estado de Sergipe foi fortemente afetada, principalmente devido às medidas de repressão impostas pelo governo. Além disso, a educação e a saúde foram fortemente prejudicadas, com a suspensão das liberdades civis e do acesso à informação.

A partir da Redemocratização, Sergipe viu a retomada de seu desenvolvimento econômico, com o incentivo ao turismo, a agricultura e a indústria. A educação também foi fortemente beneficiada, com o aumento do investimento em programas de ensino e pesquisa. A saúde também foi melhorada, com o aumento da oferta de serviços de saúde e acesso aos medicamentos.

A partir da Constituição de 1988, Sergipe passou por diversas mudanças políticas e econômicas. A Constituição reconheceu os direitos das populações indígenas e a educação e saúde foram fortemente beneficiados. O estado também foi impactado pelo estabelecimento de regiões metropolitanas e da economia de mercado.

CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS (CLIMA, RECURSOS MINERAIS, RELEVO E SOLO, RECURSOS HÍDRICOS, VEGETAÇÃO)

CLIMA DE SERGIPE

O clima de Sergipe é uma característica determinante para o desenvolvimento econômico, as atividades agropecuárias e a biodiversidade local. Situado no nordeste do Brasil, o estado apresenta variações climáticas que resultam em diferentes regimes de precipitação e temperaturas, influenciando diretamente as regiões costeiras e o interior.

► Características Gerais

O clima de Sergipe é predominantemente tropical, o que significa temperaturas altas e variações sazonais marcadas pela alternância entre períodos de chuva e de seca. Entretanto, há diferenças importantes entre o litoral e o interior do estado:

- **Temperatura Média Anual:** As temperaturas médias anuais variam entre 24°C e 26°C. Devido à proximidade com o oceano Atlântico, especialmente nas áreas litorâneas, a variação térmica ao longo do ano é moderada, o que significa que não há mudanças bruscas de temperatura entre as estações. Já no interior, devido à menor influência marítima, as variações sazonais são um pouco mais marcantes.

- **Estação Chuvosa:** A estação mais chuvosa ocorre entre os meses de abril e agosto, período que abrange o outono e o inverno. As chuvas são mais intensas na faixa litorânea, com precipitações que podem superar os 1.500 mm anuais, enquanto no interior, especialmente nas áreas que fazem transição para o semiárido, a média de precipitação é menor.

- **Estação Seca:** A estação seca vai de setembro a março, concentrando-se principalmente na primavera e no verão. Durante esse período, as chuvas se tornam escassas, e as altas temperaturas são comuns, especialmente nas regiões do interior.

► Zonas Climáticas de Sergipe

A diversidade geográfica de Sergipe permite a presença de duas principais zonas climáticas, que são definidas pela variação de altitude, proximidade com o mar e regime de chuvas.

Clima Tropical Úmido (Litorâneo)

Predomina na faixa costeira e nas regiões próximas, influenciado pelo oceano Atlântico. Esse clima se caracteriza por altas temperaturas e elevada umidade ao longo do ano, devido à ação dos ventos alísios e à proximidade do mar.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

AValiação EDUCACIONAL E USO DE INDICADORES

ASPECTOS MACRO-INSTITUCIONAIS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional é um elemento fundamental para o desenvolvimento de sistemas educacionais, pois serve como um indicador da qualidade do ensino e do aprendizado, além de ser uma ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas e a gestão educacional. No contexto macro-institucional, a avaliação educacional se insere em um sistema mais amplo de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, com o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação e garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira equitativa.

No Brasil, os principais órgãos responsáveis pela avaliação educacional em nível macroinstitucional são o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC). Esses órgãos realizam avaliações em larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, que têm como objetivo avaliar o desempenho dos alunos, a qualidade do ensino e as condições das escolas em diferentes níveis de ensino. Essas avaliações são fundamentais para o monitoramento das políticas educacionais, fornecendo dados para a criação de estratégias para o aprimoramento da educação no país.

Essas avaliações também são utilizadas como indicadores para a elaboração de planos de educação que visam orientar o desenvolvimento do setor, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e diretrizes para a educação brasileira ao longo de um período determinado. No nível macro, a avaliação educacional tem um caráter mais abrangente, com foco na medição de resultados em larga escala, a fim de identificar desigualdades e propor soluções para garantir a equidade no acesso e na qualidade da educação para todos.

Além disso, a avaliação educacional em aspectos macro-institucionais também abrange a avaliação do sistema educacional como um todo, o que envolve a análise de questões como infraestrutura escolar, formação de professores, recursos pedagógicos, financiamento e acesso à educação. Tais avaliações permitem compreender os desafios enfrentados pelas escolas e oferecem insumos para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema educacional como um todo.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem um papel fundamental no processo educativo, pois visa diagnosticar o progresso dos alunos em relação aos objetivos de ensino, identificar suas dificuldades e orientá-los no processo de aprendizagem. No contexto da sala

de aula, a avaliação da aprendizagem envolve o uso de diferentes instrumentos e métodos para mensurar o desenvolvimento dos alunos, considerando não apenas o conteúdo cognitivo, mas também aspectos afetivos, comportamentais e sociais.

A avaliação da aprendizagem pode ser feita de várias maneiras: formativa, sumativa, diagnóstica e processual. Cada uma dessas abordagens tem objetivos específicos e contribui para o aprimoramento do processo educativo de formas diferentes.

- **Avaliação Formativa:** Focada no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação formativa busca acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo do tempo, identificando pontos fortes e fracos na aprendizagem. Ela é realizada de forma contínua e regular, por meio de atividades como provas, questionários, discussões em sala de aula e outros tipos de feedback. O objetivo principal da avaliação formativa é fornecer dados que permitam ao professor ajustar sua prática pedagógica para atender melhor às necessidades dos alunos, promovendo o aprendizado de forma mais eficaz.

- **Avaliação Sumativa:** Ao contrário da avaliação formativa, a avaliação sumativa busca medir o aprendizado de forma conclusiva, geralmente no final de um ciclo de ensino ou de um módulo. Ela tem como objetivo atribuir uma nota ou um conceito ao desempenho do aluno, considerando os resultados obtidos ao longo de um determinado período. Essa avaliação é frequentemente realizada por meio de provas, testes e exames finais, e seu foco principal é verificar se os alunos atingiram os objetivos de aprendizagem estabelecidos no currículo.

- **Avaliação Diagnóstica:** A avaliação diagnóstica é realizada no início de um ciclo de ensino ou antes de iniciar um novo conteúdo, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento prévio dos alunos, suas habilidades e suas dificuldades. A partir dessa avaliação, o professor pode ajustar seu planejamento para atender melhor às necessidades da turma. Ela é especialmente útil no início de novos temas, ajudando a identificar lacunas de aprendizagem que precisam ser preenchidas antes de prosseguir.

- **Avaliação Processual:** A avaliação processual é uma abordagem que considera o desenvolvimento do aluno ao longo do tempo, levando em conta o esforço, a evolução e a participação nas atividades realizadas. Ao invés de focar apenas no resultado final, a avaliação processual observa o processo de aprendizagem, considerando o progresso gradual do aluno. Isso permite uma avaliação mais justa e abrangente, que leva em conta os diferentes ritmos e contextos de aprendizagem dos estudantes.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional, tanto no nível macro-institucional quanto na avaliação da aprendizagem, enfrenta diversos desafios, que podem impactar a efetividade de suas práticas e resultados. No contexto macroinstitucional, um dos principais desafios é a desigualdade de acesso e a qualidade da educação em diferentes regiões do país.

As avaliações em larga escala, como o ENEM e o SAEB, frequentemente revelam disparidades significativas entre as regiões, com as áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos enfrentando dificuldades em termos de infraestrutura, formação de professores e recursos pedagógicos. Essas desigualdades dificultam a interpretação dos dados de avaliação, pois as condições de ensino e aprendizagem variam consideravelmente.

Outro desafio importante é o uso e a interpretação dos resultados das avaliações. Muitas vezes, os dados gerados por essas avaliações são mal interpretados ou utilizados de forma inadequada, o que pode levar à criação de políticas públicas ineficazes. O uso de avaliações externas como indicador principal de qualidade educacional também pode levar à pressão excessiva sobre os alunos e educadores, criando um ambiente educacional focado na obtenção de boas notas, em detrimento do verdadeiro desenvolvimento educacional.

No nível da aprendizagem, os desafios estão relacionados à diversidade de métodos e instrumentos de avaliação, bem como à necessidade de personalização do ensino. Os alunos têm diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, e uma avaliação única e padronizada pode não refletir com precisão suas capacidades e progressos. Além disso, há uma crescente preocupação com a avaliação formativa, que exige dos educadores uma maior habilidade para realizar diagnósticos contínuos e feedback eficaz, o que pode ser um desafio diante da grande quantidade de alunos e da falta de tempo.

No entanto, a avaliação educacional também apresenta perspectivas promissoras. A incorporação de novas tecnologias no processo de avaliação, como o uso de plataformas digitais, ferramentas de avaliação online e sistemas de acompanhamento do progresso dos alunos, pode contribuir para a melhoria da precisão e eficiência da avaliação. Além disso, a avaliação inclusiva, que leva em consideração as necessidades especiais dos alunos, pode garantir que todos tenham a oportunidade de demonstrar seu aprendizado, independentemente de suas condições pessoais.

A avaliação educacional é um componente essencial para a melhoria contínua da qualidade da educação. No nível macro-institucional, ela serve como uma ferramenta estratégica para a criação de políticas públicas educacionais, enquanto, no contexto da aprendizagem, ela possibilita o acompanhamento e a orientação do desenvolvimento dos alunos. Apesar dos desafios relacionados à desigualdade e ao uso inadequado dos dados de avaliação, as perspectivas são positivas, especialmente com a evolução dos métodos e a incorporação de novas tecnologias. Para que a avaliação cumpra seu papel de promover melhorias, é necessário que ela seja utilizada de forma consciente, reflexiva e adaptada às necessidades dos alunos e das instituições de ensino.

PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS NO BRASIL: TAXAS E ÍNDICES EDUCACIONAIS, INDICADORES DE FLUXO ESCOLAR, RENDIMENTO ESCOLAR, DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, ACESSO E PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM; ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB); ÍNDICE DE DESEMPENHO ESCOLAR EM SERGIPE (IDESE)

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos do Estado de Sergipe.

Bons estudos!

INDICADORES DE FLUXO ESCOLAR

O fluxo escolar é uma categoria de indicadores educacionais que mede a trajetória dos estudantes dentro do sistema de ensino. Seu objetivo é identificar como os alunos progridem ao longo das etapas escolares, considerando aspectos como aprovação, reprovação e abandono. Esses dados são fundamentais para avaliar a eficiência do sistema educacional e orientar políticas públicas voltadas à melhoria da permanência e do sucesso escolar.

O acompanhamento do fluxo escolar permite compreender se os estudantes estão conseguindo concluir cada etapa na idade adequada, se estão repetindo anos ou se estão deixando a escola antes do término da educação básica. A análise desses indicadores ajuda a detectar gargalos que afetam o direito à educação com qualidade e equidade.

► Principais componentes dos indicadores de fluxo

Os principais indicadores utilizados para medir o fluxo escolar são:

- Taxa de aprovação
- Taxa de reprovação
- Taxa de abandono
- Taxa de transição entre etapas

Cada um desses componentes fornece uma visão específica sobre o andamento dos alunos na escola e ajuda a compor um panorama geral da eficiência do sistema de ensino.

Taxa de aprovação:

A taxa de aprovação mostra o percentual de alunos que conseguiram concluir com sucesso o ano letivo, passando para o próximo ano escolar. Uma taxa de aprovação alta, quando combinada com bons níveis de aprendizagem, pode indicar que o sistema está funcionando de forma adequada. No entanto, uma aprovação automática, sem considerar a aprendizagem real, também pode ocultar problemas mais profundos.

Taxa de reprovação:

Este indicador mede o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos de desempenho para avançar para o ano seguinte. Altas taxas de reprovação costumam estar associadas a dificuldades de aprendizagem, falhas no processo pedagógico e fatores socioeconômicos que afetam o desempenho dos estudantes. A repetência prolonga o tempo necessário para concluir a escolaridade, podendo gerar frustrações e contribuir para o abandono escolar.

Taxa de abandono:

A taxa de abandono representa a porcentagem de alunos que deixaram a escola antes do fim do ano letivo, sem se transferirem para outra instituição. O abandono escolar é uma das principais barreiras para a universalização do direito à educação. Entre os motivos mais comuns estão dificuldades econômicas, trabalho infantil, desmotivação, gravidez na adolescência, violência e ausência de apoio escolar.

Taxa de transição entre etapas:

Este indicador mostra a proporção de estudantes que conseguem passar de uma etapa de ensino para a seguinte. Por exemplo, do ensino fundamental para o ensino médio. Uma transição bem-sucedida depende não apenas da conclusão formal da etapa anterior, mas também da preparação adequada dos alunos para o novo nível de exigência escolar. Altas taxas de evasão na transição entre etapas indicam fragilidades importantes no sistema.

► Importância do acompanhamento contínuo

Monitorar os indicadores de fluxo escolar permite às autoridades educacionais identificar áreas críticas, prever problemas futuros e implementar políticas preventivas. Por exemplo, programas de reforço escolar, ações de busca ativa para estudantes em risco de evasão e estratégias para reduzir a reprovação excessiva podem ser orientadas a partir desses dados.

Além disso, o fluxo escolar está diretamente relacionado a outros indicadores, como a distorção idade-série e o rendimento escolar. Quando há altos índices de reprovação ou abandono, cresce a chance de os alunos ficarem defasados em relação à idade ideal para cada ano escolar, o que afeta seu engajamento e aprendizagem.

► Fontes de dados

No Brasil, os principais dados sobre o fluxo escolar são coletados anualmente pelo Censo Escolar da Educação Básica, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses dados são utilizados para alimentar diversos sistemas de avaliação e controle da política educacional, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e os relatórios estaduais e municipais.

► Desafios e perspectivas

Apesar dos avanços nas últimas décadas, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao fluxo escolar, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e em áreas rurais e periféricas. A desigualdade social, a infraestrutura precária de muitas escolas e a baixa formação de professores contribuem para índices insatisfatórios de aprovação e altos índices de abandono.

Para melhorar esses indicadores, é necessário um esforço coordenado entre escolas, governos e sociedade civil. Isso inclui o fortalecimento da gestão escolar, a valorização dos profissionais da educação, a ampliação de programas de permanência escolar e o combate à pobreza e às desigualdades regionais.

INDICADORES DE RENDIMENTO ESCOLAR

Os indicadores de rendimento escolar são ferramentas essenciais para avaliar o desempenho dos alunos em relação aos objetivos de aprendizagem definidos para cada etapa do ensino. Eles não apenas revelam o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes, mas também ajudam a compreender a qualidade da educação oferecida pelas instituições escolares.

Diferentemente dos indicadores de fluxo, que mostram o percurso do aluno pela escola, os de rendimento focam no quanto o aluno aprendeu, como aprendeu e se foi capaz de atingir os padrões esperados. A análise desses dados é fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a formulação de políticas públicas que promovam a equidade e a melhoria do ensino.

► Componentes dos indicadores de rendimento

Os principais elementos considerados nos indicadores de rendimento escolar incluem:

- Notas ou médias escolares
- Resultados de avaliações externas padronizadas
- Taxas de aprendizagem satisfatória
- Comparação entre desempenho real e esperado

Esses componentes são utilizados em conjunto para oferecer uma visão mais ampla e confiável do processo de ensino e aprendizagem.

► Notas ou médias escolares

As notas atribuídas pelos professores ao longo do ano refletem, de forma contínua, o desempenho do estudante nas diversas disciplinas. Embora forneçam informações importantes, elas estão sujeitas a variações nas formas de avaliação e critérios utilizados por cada escola ou docente. Por isso, devem ser analisadas com cautela e sempre complementadas por outras formas de verificação.

► Avaliações externas padronizadas

As avaliações externas são instrumentos aplicados de forma padronizada em larga escala e têm por objetivo medir o desempenho dos alunos em áreas-chave do conhecimento, como língua portuguesa e matemática. No Brasil, os principais exemplos são:

- Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
- Provinha Brasil (para alfabetização)
- Exames estaduais e municipais
- Avaliações internacionais, como o PISA

Essas provas permitem a comparação entre escolas, redes de ensino, municípios, estados e até países, funcionando como termômetro da qualidade educacional.

► Taxas de aprendizagem satisfatória

A taxa de aprendizagem satisfatória indica a porcentagem de alunos que atingiram um desempenho mínimo esperado em determinada disciplina ou etapa escolar. Essa taxa é usada, por

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (DO ART. 205 AO ART. 214)

► Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156 - A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156 - A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156 - A, §2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no §2º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no §1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no §1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

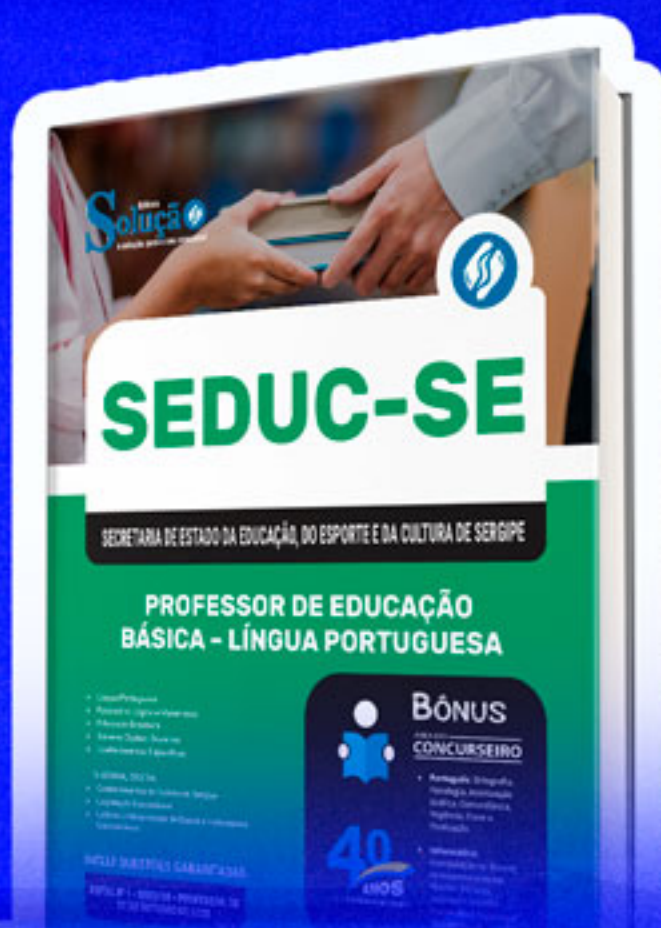
b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!